

DIVERSIFICANDO O PODER POLÍTICO PARA CONSTRUIR SOCIEDADES INCLUSIVAS



8º ENCONTRO ANUAL ORGANIZADO PELO
GRUPO DE MULHERES PARLAMENTARES





AUTOR
JACK MELAMED

TRADUÇÃO
ANTONIO MARINHO

DESIGN E LAYOUT
LISA TEMES

FOTOGRAFIA
ASAMBLEA NACIONAL DEL ECUADOR

ÍNDICE

- 4** Mensagem da Presidenta do ParlAmericas
- 5** Mensagem da Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares
- 6** ParlAmericas
- 6** Grupo de Mulheres Parlamentares
- 7** O Encontro: Diversificando o poder político para construir sociedades inclusivas
- 9** Sessões
- 14** Campanha #NenhumaAMenos
- 23** Declaração de Compromisso
- 26** Glossário
- 27** Participantes
- 28** Anexo

Nossos sinceros agradecimentos à **Assembleia Nacional do Equador**, pela sua inestimável contribuição como anfitriã do Encontro, particularmente à Presidenta da Assembleia Nacional, V.Exa. **Gabriela Rivadeneira**, e à Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares do ParlAmericas e membro da Assembleia Nacional do Equador, **Gina Godoy**. Estendemos nosso agradecimento ao **personal administrativo e técnico da Assembleia Nacional**, cujo trabalho foi fundamental para o êxito do encontro.

Toda nossa gratidão às/aos delegados/ delegadas participantes, moderadores e painelistas, por suas contribuições durante as sessões de trabalho e seu incansável compromisso com a igualdade das mulheres no hemisfério. Igualmente agradecemos

às/aos especialistas que compartilharam suas experiências e conhecimentos, a **Otilia Lux de Cotí** (integrante do Grupo Gestor do Fundo Indígena da América Latina e Caribe), a **Tonni Ann Brodber** (Representante Adjunta da ONU Mulheres - Escritório Multi-país para o Caribe), a **Irene Aguirrezabal** (Assessora Regional de Liderança e Participação Política da ONU Mulheres) e a **Marco Aurélio Martins** (Coordenador Executivo do Promundo, Brasil).

Agradecemos também às **líderes comunitárias do Equador** pela sua participação e generosidade para compartilhar suas experiências.

Por último, o ParlAmericas agradece profundamente o respaldo econômico do **Ministério de Assuntos Globais de Canadá**.



MENSAGEM DA PRESIDENTA DO PARLAMERICAS

Prezadas e prezados colegas,

Durante o 8º Encontro Anual do Grupo de Mulheres Parlamentares do ParlAmericas, Diversificando o poder político para construir sociedades inclusivas, realizado em Quito, Equador, de 02 a 03 de Junho de 2016, com parlamentares de 29 países e territórios das Américas e do Caribe, continuamos avançando na consecução da igualdade real entre homens e mulheres em nossas sociedades.

Durante o Encontro tivemos discussões frutíferas em torno da democracia paritária, os mecanismos para fomentar a representatividade nos parlamentos, os direitos trabalhistas das mulheres, o empoderamento das mulheres indígenas e, a necessidade de envolver cada vez mais os homens na luta pela igualdade de gênero. Os resultados dessas trocas se refletiram nos acordos concretos que foram assinados na declaração final. Este encontro foi uma nova oportunidade para ratificar o sólido compromisso do ParlAmericas e do seu Grupo de Mulheres Parlamentares com a superação da desigualdade de gênero.

Expresso meu agradecimento à Assembleia Nacional do Equador, a sua Presidenta Gabriela Rivadeneira e à Gina Godoy, Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares, por seu compromisso com a agenda de gênero e por sua hospitalidade e atenção durante o encontro.

Convido a todas/os a perseverar nos esforços que, de maneira sustentável, vêm desenvolvendo em cada um dos seus parlamentos na construção de sociedades inclusivas.

Atenciosamente,

Marcela Guerra

MARCELA GUERRA

Senadora, México

Presidenta do ParlAmericas

.....
 SIGA-ME NO TWITTER @MARCELAGUERRANL



MENSAGEM DA PRESIDENTA DO GRUPO DE MULHERES PARLAMENTARES

Prezadas e presados colegas,

O Grupo de Mulheres Parlamentares do ParlAmericas vem trabalhando desde a sua criação, em 2003, buscando promover nos nossos parlamentos, iniciativas destinadas a fortalecer o empoderamento político das mulheres e fomentar a inclusão de enfoques de gênero em nossas respectivas agendas legislativas.

Assim, temos desenvolvido atividades e ferramentas relevantes para enriquecer as ações que têm sido realizadas a partir de cada um dos seus parlamentos e que têm propiciado espaços de colaboração interparlamentar em torno das boas práticas legislativas nesses temas.

Nesta ocasião tivemos o privilégio de receber em Quito, Equador, uma centena de parlamentares, homens e mulheres, das Américas e do Caribe, por ocasião do nosso 8º Encontro Anual. Neste informe estão descritos não apenas os principais resultados das sessões de trabalho, mas também as ferramentas e recursos que esperamos

todas/os considerem úteis para fortalecer o intenso trabalho que vêm desempenhando na consecução da igualdade de gênero.

Convido a todas/os a continuar avançando neste caminho, a compartilhar este relatório e a que sigam participando das nossas próximas atividades.

Com os meus mais sinceros votos,

Gina Godoy

GINA GODOY

*Membro da Assembleia Nacional, Equador
Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares do
ParlAmericas*

.....
 [SIGA-ME NO TWITTER @GINAGODOYANDRAD](https://twitter.com/GINAGODOYANDRAD)



PARLAMERICAS



Somos um **FÓRUM INDEPENDENTE** que promove a **DIPLOMACIA PARLAMENTAR**



Composto por **LEGISLATURAS NACIONAIS** dos Estados membros da OEA (América do Sul, Norte, Central e Caribe)



Facilitamos o **DIÁLOGO POLÍTICO COOPERATIVO**



Dentro de uma **COMUNIDADE PROFISSIONAL** no **SISTEMA INTERAMERICANO**



Transversalizamos em nosso trabalho a **IGUALDADE DE GÊNERO** e a **TRANSPARÊNCIA LEGISLATIVA**



Através de **FÓRUMS, TREINAMENTOS, DEBATES** e **ACOMPANHAMENTO**



Facilitando o **INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS** e **MELHORES PRÁTICAS**



Nossa sede está localizada em **OTTAWA, CANADÁ**

GRUPO DE MULHERES PARLAMENTARES

O Grupo de Mulheres Parlamentares é um grupo de trabalho permanente do ParlAmericas que promove o empoderamento político das mulheres e a inclusão de perspectivas de gênero na agenda legislativa dos parlamentos-membros.

Desde a sua criação, em 2003, o Grupo realiza a cada ano atividades e iniciativas destinadas à troca de conhecimentos e de boas práticas legislativas em espaços de trabalho interparlamentar, que convocam legisladoras/es das Américas e do Caribe, voltados para o fortalecimento e a promoção da liderança das mulheres políticas, a erradicação da violência e do assédio políticos por razões de gênero, a facilitação do diálogo com as organizações de mulheres, e outros temas de relevância hemisférica para o avanço de políticas públicas destinadas à promoção da igualdade entre homens e mulheres.

O ENCONTRO: DIVERSIFICANDO O PODER POLÍTICO PARA CONSTRUIR SOCIEDADES INCLUSIVAS



Membro da Assembleia Nacional
GINA GODOY
(Equador), Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares do ParlAmericas

“Neste parlamento, nós mulheres não exercemos a política a partir da comodidade dos nossos escritórios, mas fazemos dos escritórios nossas trincheiras; nossos discursos não são balas perdidas, mas a palavra como certeza de proposta e coerência; nossos corpos não são instrumentos estacionários, mas os cenários de combate coerente e comprometido com a mudança construída como uma práxis”.

“A luta pelos direitos das mulheres é a luta de todos os povos, uma luta pela afirmação e o aprofundamento das democracias contra toda prática que pretenda cerceá-la, condicioná-la e submetê-la a interesses particulares”.



V.Exa. **GABRIELA RIVADENEIRA**
(Equador), Presidenta da Assembleia Nacional

“Que fique bem claro: as mulheres representam a metade da população mundial; queremos, então, a metade dos espaços de poder em nossas democracias. É nosso direito”.



Senadora **MARCELA GUERRA** (México),
Presidenta do ParlAmericas

“Reduzir o déficit democrático implica a eliminação da ausência ou sub-representação de setores historicamente excluídos, como os povos indígenas, os afrodescendentes e as mulheres. Estas últimas formam parte de todos os coletivos sociais discriminados e representam metade da humanidade”.

Sra. **OTILIA LUX DE COTÍ** (Guatemala),
Conferencista principal





RECURSOS E FERRAMENTAS

Consulte aqui alguns recursos relevantes para informar e ajudar no seu trabalho legislativo em torno do empoderamento político das mulheres, da erradicação da violência contra a mulher e da luta pela igualdade de gênero.

[Convenção de Belém do Pará para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher](#) (Organização dos Estados Americanos)

[Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher](#) (Nações Unidas)

[Declaração e Plataforma de Ação de Pequim](#) (Nações Unidas)

[Plano de Ação para os Parlamentos Sensíveis às Questões de Gênero](#) (União Interparlamentar, em espanhol)

[Norma-Marco para Consolidar a Democracia Paritária](#) (ONU Mulheres e Parlatino, em espanhol)

SESSÕES

Avanços legislativos para fomentar a representatividade nos parlamentos: perspectivas feministas

Como instituições-chaves para o fortalecimento da democracia, os parlamentos devem ter como objetivo refletir a diversidade das sociedades que representam, tanto em termos descritivos (através da composição de seus membros) como substantivos (por meio de influência política e vantagens tangíveis em matéria de políticas públicas).



“Temos avançado no reconhecimento dos direitos das mulheres rumo a um marco legal para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, no entanto, há muitas questões pendentes que limitam o exercício pleno dos nossos direitos, porque essas questões são frutos de atitudes culturais e educacionais com base em modelos patriarcais”.

Senadora
**LISBETH
HERNÁNDEZ
LECONA**
(México)

“Desde a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres tem crescido o número de secretarias e diretorias de apoio às mulheres nos estados e municípios em todo o país. Além disso, desenvolvemos três planos de políticas nacionais para as mulheres e concretizamos a implementação da Casa da Mulher Brasileira, entre outras ações orientadas a fortalecer as políticas públicas para a Igualdade de Gênero”.

Deputada **LUIZIANNE LINS** (Brasil)

Membro da
Assembleia
Nacional
**WENDELL
ASADANG**
(Suriname)

“Desde 2015, temos visto um aumento no número de mulheres legisladoras equivalente a 27,5% do parlamento. No entanto, ainda há muito a ser feito para promover a participação das mulheres em mais posições de tomada de decisão”.

“Em 26 anos nós aprendemos que temos que fechar as portas por onde se perpassa o patriarcado e o machismo que impera nos partidos políticos. Aprendemos que temos de lutar todos os dias pelos nossos direitos”.

Ex-deputada **GLORIA VALERÍN**
(Costa Rica)

“É importante abordar nestes diálogos interparlamentares as maneiras pelas quais a liderança das mulheres no continente é afetada por questões como a violência de gênero, a falta de solidariedade, a falta de dispositivos legais e estatutos sensíveis às questões de gênero nos partidos políticos e outras realidades que moldam a participação das mulheres”.

TONNI ANN BRODBER,
Representante Adjunta da
ONU Mulheres - Escritório
Multipaíses para o Caribe



NAS PALAVRAS DAS/OS DELEGADAS/OS

“As ações afirmativas tomadas a fim de encorajar e fortalecer a participação das mulheres têm sido determinantes para garantir uma maior presença de mulheres nos parlamentos”.



RECURSOS E FERRAMENTAS

Consulte aqui alguns recursos relevantes para informar e ajudar o seu trabalho legislativo em torno do empoderamento político das mulheres.

[Guia Estratégico para o Empoderamento Político das Mulheres Desenvolvido pela ONU Mulheres](#) (ONU Mulheres, em espanhol)

[Parlamentos Sensíveis às Questões de Gênero: A Situação na América Latina](#) (União Interparlamentar e Internacional IDEA, em espanhol)

[O Caminho Rumo a uma Democracia Substantiva: A Participação Política das Mulheres nas Américas](#) (Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em espanhol)

A [Casa da Mulher Brasileira](#) integra, num mesmo espaço, serviços especializados de atenção aos diferentes tipos de violência contra as mulheres. A Casa é uma das conquistas mais importantes do programa [Mulher, Viver sem Violência](#) da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Brasil.

DADOS

Segundo a União Interparlamentar, em Junho de 2016, os homens ocupavam 72.4% das cadeiras nos legislativos das Américas; as mulheres ocupavam 27.6%.

Breve questionário de auto-avaliação: intersectorialidade na legislação, desenvolvido pela ONU Mulheres Escritório Multipaíses para o Caribe em parceria com o ParlAmericas

- A legislação proposta possui um carácter intersectorial abrangendo em seu conteúdo as diferentes identidades (incluindo "raça", etnia, género, classe, deficiência e, sexualidade) e sistemas (incluindo classismo e heterossexismo) existentes?
- Quais são os impactos potenciais (diretos e indiretos) da legislação proposta nos diferentes grupos/identidades existentes no país? Estariam suas cláusulas promovendo a equidade ou agravando a desigualdade?
- O que você adicionaria/removeria na legislação proposta para responder melhor às desigualdades intersectoriais e promover a justiça social?
- Como a legislação proposta irá interagir com outras leis/políticas/programas para reduzir ou, em contra partida, reforçar, a desigualdade?

A participação dos homens na igualdade de gênero

A igualdade de gênero beneficia todos os membros da sociedade e não se limita a uma "preocupação das mulheres" e nem é apenas responsabilidade das mulheres, mas, ao contrário, deve ser alcançada com a participação ativa dos homens. A maior presença deles nos parlamentos e nos espaços de tomada de decisão lhes permite contribuir diretamente para a promoção de políticas em favor dos direitos das mulheres e na criação de sociedades mais igualitárias.

Membro da Assembleia Nacional
DIEGO VINTIMILLA
(Equador)

“Os homens não fazem um favor estando no movimento das mulheres, não é uma concessão; é um compromisso ético com os direitos”.

“Estamos convencidos de que a soma de vontades, de homens e mulheres, torna mais fortes as nossas democracias e mais exitosa a nossa economia. Não apenas as nossas leis respondem às abordagens sensíveis ao gênero, mas o atual Gabinete Ministerial é composto por 15 mulheres e 15 homens”.

Membro do Parlamento **ROBERT NAULT**
(Canadá)

Deputado **JOSÉ RICCARDO**
(Argentina)

“As relações assimétricas de poder entre homens e mulheres são evidentes. Derrubar esses preconceitos exige que os homens participem, por exemplo, na concepção das reformas educativas que abordam a igualdade de gênero e de novas formas de relações entre homens e mulheres”.

“O envolvimento dos homens, sem dúvida, irá melhorar a relação de homens e meninas, impactando positivamente na mudança radical de atitudes em relação às mulheres e à família”.

Ministra **HAZEL BRANDY-WILLIAMS**
(São Cristóvão e Neves)



RECURSOS E FERRAMENTAS

Consulte aqui alguns recursos relevantes para informar e ajudar o seu trabalho legislativo em torno da participação dos homens na consecução da igualdade de gênero.

Guias de Trabalho para o Envolvimento de Homens e Meninos na Promoção da Igualdade de Gênero

(Fundo de População das Nações Unidas, em espanhol)

Vinculando os Homens com a Conquista da Igualdade de Gênero na América Latina e no Caribe

(Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, em espanhol)

Masculinidades e Políticas Públicas: Envolvendo os Homens com a Igualdade de Gênero

(Universidade do Chile. Faculdade de Ciências Sociais - Departamento de Antropologia, em espanhol)

Campanha HeforShe (EleporEla) (ONU Mulheres)

DADOS

Pela primeira vez na história do Canadá, o Gabinete Ministerial, integrado por parlamentares eleitos, é composto de maneira equitativa entre homens e mulheres. Em contraste, na legislatura atual as mulheres ocupam somente 26% das cadeiras.



“É necessário discutir os avanços legislativos relacionados com as licenças-maternidade e paternidade, uma vez que sempre que compartilhamos a responsabilidade social e envolvemos ativamente os homens no cuidado e na educação das crianças temos efeitos muito positivos”.

MARCO AURÉLIO MARTINS,
Coordenador Executivo -
Promundo Brasil

NAS PALAVRAS DAS/OS DELEGADAS/OS

“É essencial contar com o apoio e o respaldo dos legisladores para alcançar a igualdade de gênero. E neste esforço é importante que os parlamentos ofereçam oportunidades às legisladoras para reforçar as suas capacidades. Nós não queremos estar lá, porque a lei assim determina; queremos estar lá porque nós temos que representar os interesses das mulheres”.

CAMPANHA #NIUNAMENOS (NENHUMAAMENOS)

Apresentada durante o Encontro pela delegação argentina, a campanha *Ni Una Menos* (Nenhuma a Menos) “é um grito coletivo contra a violência machista”. A iniciativa foi concebida por um grupo de jornalistas, ativistas e artistas e foi apropriada pela sociedade e convertida numa campanha coletiva.

As/os delegadas e delegados participantes manifestaram seu apoio à campanha e ecoaram a sua importância na declaração final do evento.

 @NIUNAMENOS_



Promoção da liderança das mulheres indígenas

As mulheres indígenas enfrentam desafios particulares derivados da interseção de diferentes formas de discriminação que incluem o sexíssimo e o racismo. Ainda assim, elas têm encabeçado movimentos sociais para exigir mudanças na esfera pública, particularmente a partir da sua crescente presença nos parlamentos.

NAS PALAVRAS DAS/OS DELEGADAS/OS

“As mulheres, especialmente nós mulheres indígenas, sofremos assédio político permanente e somos agredidas desde o início da nossa carreira política”.



Senadora MÁXIMA APAZA
(Bolívia)

“Nós mulheres indígenas também podemos assumir cargos de decisão como senadoras, deputadas, prefeitas, vereadoras; podemos decidir. Mas, temos de romper com o machismo”.

“As mulheres indígenas são vítimas de uma tripla discriminação: ser mulher, indígena e pobre. Devemos levar em conta as etnias na tomada de decisões, temos de conceber normas nas quais se incluam os povos, nacionalidades e etnias”.

Membro da Assembleia Nacional
ESTHELA ACERO
(Equador)

“Há muito por fazer para conseguir a igualdade das mulheres indígenas na Guiana. Conseguimos importantes avanços desde que a Guiana se tornou independente. Porém, temos de seguir trabalhando para valorizarmos mais e oferecermos melhores oportunidades de crescimento profissional à mulher, em particular, à mulher indígena”.

Ministra VALERIE GARRIDO-LOWE
(Guiana)

“A liderança das mulheres indígenas em Honduras foi seriamente afetada pela repressão e pela violência. Além disso, as condições de vida, particularmente nas zonas rurais, onde apenas 22.5% das mulheres têm acesso a trabalhos formais, dificultam consolidar processos sustentáveis orientados a fortalecer a sua liderança”.

Deputada
SCHERLY ARRIAGA
(Honduras)

RECURSOS E FERRAMENTAS

Consulte aqui alguns recursos relevantes para informar e ajudar o seu trabalho legislativo em torno da promoção da liderança das mulheres indígenas.

A Diversidade nos Parlamentos: Escutando as Vozes das Minorias e dos Povos Indígenas (União Interparlamentar, em espanhol)

Aplicação da Declaração da ONU para os Direitos dos Povos Indígenas: Manual para Parlamentares No.23 (União Interparlamentar, em espanhol)

Os Povos Indígenas na América Latina: Avanços na Última Década e Desafios Pendentes para a Garantia de Seus Direitos (Comissão Econômica para América Latina)

EM MEMÓRIA DE BERTA CÁCERES

Berta Cáceres foi uma mulher indígena Lenca e uma das mais reconhecidas defensoras dos direitos humanos em Honduras. Por mais de 20 anos liderou lutas e reivindicações de comunidades indígenas na defesa de seus direitos. Seu trabalho, profundamente comprometido com a proteção do meio-ambiente e das causas ambientalistas, foi reconhecido com o prestigioso prêmio Goldman. Ela trabalhou intensamente na campanha pela defesa do Rio Galcarque, de importância cultural do povo Lenca, lugar proposto para a construção da hidroelétrica Água Zarca, cujas obras se iniciaram sem o consentimento das comunidades locais e sem a realização de consultas prévias. Ela foi vítima de perseguições e ameaças. Berta foi assassinada em 03 de março de 2016.

DADOS

De acordo com informação coletada pela União Interparlamentar as mulheres indígenas estão significativamente sub-representadas. De 923 parlamentares indígenas identificados no mundo no ano de 2014, apenas 20% eram mulheres.

“A participação política das mulheres indígenas no parlamento é um verdadeiro ato de heroísmo; para uma mulher chegar ao parlamento é muito difícil, porém, para uma mulher indígena é uma odisséia feminina”.

OTILIA LUX DE COTÍ
(Guatemala),
Conferencista principal

“As mulheres não têm dinheiro; a maioria tem de pedir dinheiro até para pagar a passagem. Existem leis, mas para o setor urbano, onde, além disso, elas têm o apoio da tecnologia para se informarem e reagirem. Porém, nas comunidades rurais as mulheres não têm tempo para ver televisão, muito menos para ler um jornal. Nesses lugares é preciso trabalhar, criando microempresas”.

PATRICIA CHAMORRO, Líder indígena



Políticas e reformas para garantir os direitos trabalhistas das mulheres

A participação maior das mulheres no mercado de trabalho não apenas tem o potencial de beneficiar o bem-estar das pessoas que trabalham, mas também contribui de forma positiva para o crescimento econômico da sociedade em geral.

NAS PALAVRAS DAS/OS DELEGADAS/OS

“Ainda existem diferenças entre o reconhecimento formal e jurídico dos direitos trabalhistas das mulheres e suas possibilidades reais de exercê-los. É necessário que esse vácuo seja preenchido com mecanismos de acompanhamento e também com o apoio de sindicatos e organizações sociais”.

Congressista **CARMEN OMONTE** (Peru)

“Como Ministra da Mulher e das Populações Vulneráveis tive a oportunidade de trabalhar na criação da Diretoria de Empreendimento e Desenvolvimento Econômico das Mulheres, um esforço conjunto orientado a empoderar economicamente as mulheres. Nenhuma sociedade que pretenda oferecer espaços de desenvolvimento sustentável aos seus cidadãos poderá conseguir-lo sem antes promover a autonomia e a independência econômica das mulheres”.

“Não é nenhum segredo que as mulheres, especialmente aquelas que formam parte dos setores menos privilegiados da sociedade, se veem obrigadas a fazer malabarismos desempenhando diferentes papéis; como atores econômicos, chefes de família, mães. A falta de regulação legal coloca muitas mulheres em situação de vulnerabilidade, silenciando suas vozes e ações”.

Ministra **AYANNA WEBSTER-ROY**
(Trinidade e Tobago)

“Uma das conclusões fundamentais destas discussões é a de considerar de que maneira a situação trabalhista das mulheres influi nas suas dificuldades de autonomia, independência e empoderamento, e o impacto que estas condições lhes impõem em termos de obstáculos para sua participação e sua representação”.

Deputada
MARGARITA STOLBIZER
(Argentina)



“Os avanços legislativos que temos conseguido nesses temas precisam ser acompanhados das transformações culturais que são necessárias para fortalecer as garantias trabalhistas para as mulheres”.

**Senadora ITZEL SARAHÍ
RÍOS DE LA MORA (México)**

“É imperativo avançar com leis consistentes que abordem o problema das diferenças salariais entre homens e mulheres; para trabalho igual, remuneração igual deve ser o norte orientador que guie nossos esforços nesse sentido”.

**Deputado AMÍN NIFFOURI
(Uruguai)**



RECURSOS E FERRAMENTAS

Consulte aqui alguns recursos relevantes para informar e ajudar o seu trabalho legislativo voltado para políticas e reformas para garantir os direitos trabalhistas das mulheres.

Avanço da Igualdade de Gênero no Marco do Trabalho Decente (Organização dos Estados Americanos, em espanhol)

Mulheres no Trabalho (Organização Internacional do Trabalho)

Convenção C-189 sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (Organização Internacional do Trabalho)

DADOS

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, 46,3% das mulheres e 55,5% dos homens que formam parte da população economicamente ativa na região tem menos de 12 anos de educação formal.

Informes dos avanços das delegações

Respondendo aos compromissos em torno do Plano de Ação para Prevenção do Assédio Político e Violência contra a Mulher assumidos no Encontro Anual do Grupo de Mulheres Parlamentares do ParlAmericas, realizado em Junho de 2015, em Termas de Río Hondo, Argentina; as delegações compartilharam suas conquistas legislativas em relação à erradicação do assédio e da violência política contra as mulheres.

CONCEITO

Assédio político baseado em gênero

Consiste na intimidação, coerção ou violência contra as mulheres por sua atividade na vida pública e política, de diversas maneiras, que exacerbam a discriminação por razões de gênero.

Argentina

A Comissão Banca da Mulher do Senado tem avançado na tipificação do feminicídio e outras manifestações de assédio e violência contra a mulher.

Bolívia

A Assembleia Legislativa Plurinacional continuou a implementação da articulação da Lei contra o Assédio e Violência Política contra as Mulheres.

Canadá

A Câmara dos Comuns aprovou a Política para a Prevenção e Abordagem do Assédio.

Chile

A nova Lei dos Partidos Políticos contempla provisões para fortalecer a participação das mulheres e assegurar fundos destinados a sua capacitação.

Costa Rica

A Comissão Especial Permanente da Mulher apresentou um projeto de Lei contra o Assédio e/o Violência Política contra as Mulheres.

Cuba

A Federação de Mulheres Cubanas vem trabalhando de maneira sustentável em processos de sensibilização e capacitação para incorporar o enfoque de gênero no trabalho legislativo.

Equador

Além dos avanços legislativos em torno da igualdade de gênero, foram desenvolvidas campanhas como #uneteporlaigualdaddegenero (#unasepelaigualdaddegenero) para gerar conscientização pública contra o assédio e violência política.

México

Implementou-se o Protocolo para Atender à Violência Política contra as Mulheres, um esforço conjunto de várias instituições e agências do Estado mexicano que estabelece um roteiro de atenção para as mulheres vítimas de violência política.

Venezuela

A Lei Orgânica sobre o direito das mulheres a uma vida livre de violência, contém uma série de provisões que tipificam como delitos o assédio, a hostilização e a violência institucional contra a mulher.



PLANO DE AÇÃO PARA PREVENÇÃO DO ASSÉDIO POLÍTICO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

1. Aplicar abordagens multissetoriais para a prevenção do assédio político/violência baseada no gênero
2. Envolver os homens no fortalecimento das mulheres na política em todos os níveis
3. Fazer os partidos políticos responsáveis pela igualdade de gênero
4. Criar um ambiente favorável que permita levantar a questão do assédio político/violência ao debate público e parlamentar
5. Apresentar políticas, projetos de lei ou reformas sobre o assédio político/violência e, uma vez aprovados, assegurar o cumprimento pelas instituições correspondentes

RECURSOS E FERRAMENTAS

Consulte o informe do ParlAmericas *Assédio Político Baseado em Gênero: Construção da Sensibilização nos Parlamentos* (em espanhol).

Encontro com líderes comunitárias equatorianas

O ParlAmericas fomenta a aproximação e a troca entre seus parlamentos-membros e organizações da sociedade civil, propiciando o diálogo com a cidadania e a formulação participativa de iniciativas e normas. Assim, o encontro ofereceu um espaço de troca com as líderes comunitárias da sociedade civil equatoriana.

Durante suas apresentações, as líderes representantes de organizações comunitárias, indígenas e afrodescendentes, compartilharam suas vivências e experiências na defesa dos seus direitos. Nas suas intervenções expressaram os desafios mais significativos que enfrentam nos processos de inclusão social, participação política e na luta contra a violência de gênero.

Destacaram também as conquistas conseguidas, particularmente no que se refere à representação política e os avanços legislativos, na prevenção e punição da violência de gênero, e em relação à justiça trabalhista.



“Gostaria de chamar a atenção para a necessidade de fortalecer a legislação relacionada com a violência psicológica contra as mulheres. Mesmo estando tipificados no Código Integral Penal, os procedimentos para a sua implementação não são rápidos e lacunosos. Este é um problema comum a todos os países latino-americanos”.

SUSANA VALAREZO,
Diretora do Centro Equatoriano de
Promoção e Ação da Mulher

“Estes tipos de encontros parlamentares nos permitem colocar na agenda legislativa e trabalhar de maneira conjunta várias de nossas inquietudes e iniciativas. Particularmente no que se refere à necessidade de educar com enfoques sensíveis às questões de gênero e de colocar na história o passado das comunidades indígenas e afro do Equador”.

ANDREA MOSQUERA,
Líder afro-equatoriana



RECURSOS E FERRAMENTAS

Com o objetivo de fortalecer o diálogo com a cidadania e a formulação participativa de iniciativas e normas, a Rede de Parlamento Aberto do ParIAméricas desenvolveu, em conjunto com a sociedade civil, um Roteiro que contém entre seus pilares fomentar a participação e o envolvimento da cidadania e suas organizações na formulação de mecanismos para aumentar a transparência legislativa.

“Tenho participado de organizações desde os 14 anos, mas quase sempre às mulheres são delegadas as funções de secretárias ou de tesseireiras. Porém, somos capazes de assumir outros papéis de liderança. A presidenta da Assembleia, Gabriela Rivadeneira, demonstrou que podemos desempenhar bem esse papel”.

MERCEDES GUAMÁN,
Advogada e líder indígena

“Agora estamos lutando pela igualdade de gênero com os companheiros indígenas. Parece que nossos companheiros cederam um pouquinho, mas não avançamos completamente. Ainda falta bastante; alguns homens confiam em nós, mas nem todos querem dividir o poder”.

ANA MARÍA GUACHO,
Líder indígena



DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

8o Encontro Anual organizado pelo Grupo de Mulheres Parlamentares do ParlAmericas: *Diversificando o poder político para construir sociedades inclusivas*

QUITO, EQUADOR

Parlamentares de 29 países e territórios, reunidos em Quito, Equador, nos dias 2 e 3 de Junho de 2016, no 8º Encontro Anual sobre a Igualdade de Gênero, organizado pelo Grupo de Mulheres Parlamentares do ParlAmericas, debateram em torno do objetivo compartilhado de fomentar a diversidade de poder na política e em outros espaços de tomada de decisões, com o fim de aumentar o caráter inclusivo de nossos parlamentos e de nossas sociedades.

Dessa maneira, deu-se continuidade ao trabalho e compromissos iniciados em 2003 com o objetivo de fortalecer a liderança política das mulheres por meio de um intercâmbio regional contínuo de ações visando fomentar a criação de mecanismos para impulsionar a participação das mulheres na política, de acordo ao mandato deste Grupo. Assim,

Reconhecemos

Que os parlamentos, como instituições-chave para o fortalecimento da democracia, devem buscar refletir a diversidade das sociedades que representam em termos substantivos, para

fomentar e promover a legitimidade dos espaços de tomada de decisão;

Que a redução da desigualdade social, econômica e política entre homens e mulheres é prioridade na construção de uma democracia paritária, de sociedades mais inclusivas e é, ao mesmo tempo, um compromisso inquestionável na formulação e promoção de políticas públicas sensíveis à questão de gênero;

Que as mulheres enfrentam na vida pública discriminações sistemáticas baseadas no gênero; assim, as instituições devem reconhecer e ser sensíveis às múltiplas identidades, prevenindo práticas excludentes e de discriminação na política;

Que as mulheres têm desempenhado um papel de destaque no desenvolvimento da democracia nas Américas e no Caribe, particularmente nos processos de transição democrática;

Que é imprescindível continuar avançando no fortalecimento dos direitos e garantias constitucionais dos povos e comunidades indígenas do continente, assegurando o respeito,

preservação e difusão de suas tradições, costumes, usos e saberes, com o objetivo de persistir na superação das injustiças históricas por eles enfrentadas;

Que apesar dos obstáculos sistemáticos, lideranças indígenas do continente têm encabeçado importantes movimentos sociais para exigir mudanças na esfera pública para promover o bem-estar holístico das mulheres indígenas, suas famílias e povos;

Que a representação e promoção da liderança de mulheres e homens indígenas nos parlamentos, e de outros grupos tradicionalmente marginalizados em diferentes países da região, fomentem agendas e políticas mais inclusivas;

Que apesar dos significativos avanços experimentados nas Américas e no Caribe em matéria de participação política de mulheres e de grupos sociais tradicionalmente marginalizados, fenômenos persistentes como o assédio político baseado no gênero, e outras formas de discriminação, obstaculizaram a participação efetiva destes na vida pública e nos processos de tomada de decisões;

Que é de singular importância assegurar as condições necessárias para garantir os direitos trabalhistas das mulheres do continente, em condições de equidade e igualdade

e em observância das particularidades socioeconômicas que as afetam, considerando as diferenças salariais, o trabalho doméstico não remunerado e demais formas de discriminação de gênero que dificultam a integração das mulheres no mercado de trabalho e afetam sua independência financeira e seu bem-estar;

Que homens e meninas são parte fundamental na promoção da igualdade de gênero, devendo assumir a responsabilidade que lhes compete trabalhando em conjunto com as mulheres e meninas na transformação de normas sociais que limitam o acesso às oportunidades e direitos em condições de igualdade e respeito mútuo, reconhecendo a importância da participação da família no processo de empoderamento da mulher,

Que reconhecemos a gravidade da violência de gênero e a necessidade de promover e apoiar as mobilizações sociais que em vários de nossos países apoiam a campanha “Ni una a menos”,

Que a integração de vozes de setores diversos da sociedade civil enriquece as consultas, debates, atuações e os mecanismos de controle e fiscalização dos parlamentos, assim como os resultados em prol do desenvolvimento sustentável e da prevenção e resolução de conflitos;

Que, é essencial conseguir que os parlamentos nacionais sejam acessíveis e receptivos a fim de promover a representação política das mulheres, das minorias e outros grupos com interesses e necessidades que, historicamente, têm sido marginalizados na tomada de decisões;

Nos comprometemos a

1. Propor e avançar, junto aos nossos parlamentos, nas reformas legislativas que facilitem e estimulem a participação substantiva e efetiva das mulheres indígenas nos processos de tomada de decisões, e revisar a legislação existente para que assegure perspectivas inclusivas e sensíveis às questões de gênero. Em particular, dirigir esforços para apoiar a participação das mulheres indígenas na política.
2. Considerar o potencial de mecanismos especiais e reformas eleitorais que facilitem a presença de mulheres nos parlamentos, de acordo com os contextos nacionais, e a avaliar aquelas já existentes, à luz de sua efetividade para alcançar a equidade e a paridade de gêneros.
3. Reivindicar os direitos trabalhistas das mulheres mediante legislações apropriadas que abordem as desigualdades, dificuldades

e disparidades que elas enfrentam no mercado de trabalho.

4. Continuar os esforços para erradicar as práticas sexistas, excludentes e discriminatórias na política, abordando fenômenos como o assédio político e outras manifestações associadas com a violência de gênero nos âmbitos público e privado.
5. Envolver, com maior afinco, os homens no trabalho relacionado com a promoção dos direitos das mulheres e a igualdade de gênero, abordando assuntos como a criação dos filhos, o trabalho doméstico não remunerado, as práticas discriminatórias e os estereótipos nocivos, a denúncia e a ação contra a violência de gênero.
6. Fortalecer e aprofundar o trabalho conjunto com organizações internacionais e a sociedade civil, particularmente com grupos e associações de mulheres, buscando ativamente seu concurso e participação, procurando estimular o diálogo social como ferramenta indispensável para encontrar soluções conjuntas para os problemas que enfrentamos na região.
7. Promover o uso de informação e dados relacionados a cada gênero e outros indicadores, como insumos que permitam

formular políticas públicas melhor orientadas a superar as desigualdades socioeconômicas entre homens, mulheres e grupos marginalizados.

8. Continuar o diálogo interparlamentar e propiciar a troca de boas práticas legislativas entre os parlamentos nacionais e, também, com outros parlamentos regionais e internacionais, com um enfoque de gênero e de inclusão social, com o objetivo de construir sociedades mais inclusivas e sensíveis ao gênero.
9. Propor ações e estratégias de caráter legislativo para superar padrões de exclusão dos povos indígenas na tomada de decisões que impactam no bem-estar de suas comunidades e organizações.
10. Propor, em nossos respectivos parlamentos, a adoção de abordagens mais focadas na questão de gênero para a construção de políticas públicas.
11. Relatar os progressos e dificuldades nestas áreas de trabalho durante o próximo encontro anual do ParlAmericas sobre a igualdade de gênero.

Por último, as/os parlamentares aqui reunidos expressamos ao povo equatoriano, representados pelos (as) colegas da Assembleia

Nacional do Equador, nossa mais sincera expressão de apoio, solidariedade e irmandade por conta dos fatos ocorridos durante o terremoto do dia 16 de abril de 2016. Às vítimas e suas famílias, nossas mais respeitadas condolências, e às/aos sobreviventes nossa voz sincera de fortaleza e resiliência.

Assinada em Quito, Equador, em 03 de junho de 2016

GLOSSÁRIO

Encontre aqui um glossário de conceitos-chave relacionados à igualdade de gênero.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento que atenda as necessidades atuais da população sem comprometer as gerações futuras de poderem atender as suas próprias necessidades.

EMPODERAMENTO

Envolve a obtenção não apenas de capacidades iguais (tais como educação e saúde) e acesso igualitário a recursos e oportunidades (tais como terra e emprego) para um indivíduo ou grupo, mas também a faculdade de usar esses direitos, capacidades, recursos e oportunidades de fazer escolhas e decisões estratégicas.

EQUIDADE

A qualidade de ser equitativo, imparcial e justo; Envolve garantir que todos tenham acesso aos recursos, oportunidades, poder e, responsabilidade, necessários para atingir seu potencial, bem como fazer quaisquer mudanças sistêmicas necessárias para compreender e responder às diferenças injustas.

GÊNERO

Refere-se às atitudes, sentimentos e comportamentos que uma determinada cultura associa ao sexo biológico de uma pessoa.

IGUALDADE

Assegurar que indivíduos ou grupos de indivíduos sejam tratados de forma justa sem qualquer discriminação em razão de características como raça, sexo, deficiência, religião ou crença, orientação sexual e idade.

IGUALDADE DE GÊNERO

Refere-se à igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades de mulheres, homens e meninas e meninos. A desigualdade de gênero indica acesso e controle desigual aos diversos recursos e bens, materiais e não materiais, da sociedade.

INTERSECCIONALIDADE

A compreensão de que as desigualdades e a opressão atravessam diferentes categorias de identidade, e que as identidades sociais têm múltiplas dimensões; Por exemplo, o gênero não é o único elemento da identidade da mulher que pode afetar a sua participação política - idade, raça, deficiências, classe, orientação sexual, entre outros, também devem ser considerados em conjunto.

SEXO

Refere-se a características biológicas e é tipicamente categorizado como masculino, feminino ou, intersexual (isto é, combinações atípicas de características que normalmente distinguem o masculino do feminino).

PARTICIPANTES

O 8º Encontro contou com participação de mais de cem parlamentares dos seguintes países:



| | | | |
|---|--------------------|---|------------------------------|
|  | ARGENTINA |  | GUIANA |
|  | ARUBA |  | HONDURAS |
|  | BAHAMAS |  | JAMAICA |
|  | BELICE |  | MÉXICO |
|  | BOLÍVIA |  | NICARÁGUA |
|  | BRASIL |  | PANAMÁ |
|  | CANADÁ |  | PARAGUAI |
|  | CHILE |  | PERU |
|  | COLÔMBIA |  | SÃO CRISTÓVÃO E NEVIS |
|  | COSTA RICA |  | SÃO MARTINHO |
|  | CUBA |  | SURINAME |
|  | DOMINICA |  | TRINIDAD E TOBAGO |
|  | EQUADOR |  | URUGUAI |
|  | EL SALVADOR |  | VENEZUELA |
|  | GUATEMALA | | |

ANEXO

Workshop “Gênero, Interseccionalidade e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no trabalho parlamentar”

NAS PALAVRAS DAS/OS DELEGADAS/OS

“Nós, como região, devemos fazer mais do que temos feito até agora. Nossas leis abordam os mesmos problemas, mas de formas diferentes. Deve haver mais conectividade; temos de encontrar pontos de encontro em nossos avanços legislativos”.

NAS PALAVRAS DAS/OS DELEGADAS/OS

“Foros como este criam espaços nos quais países do Caribe, que têm marcos legislativos similares, possam identificar as transformações legislativas requeridas. Sim, se podemos trabalhar unidos para identificar os problemas comuns, também podemos encontrar fórmulas legislativas criativas e inovadoras”.



“A Interseccionalidade nos oferece diretrizes sobre como as pessoas vivenciam suas desvantagens. A racionalidade por trás do uso dessa lente é ‘Como podemos entender melhor suas diferentes identidades? Meninas e meninos socializam de maneira diferente. Eles estão experimentando diferentes papéis de gênero: a feminilidade e a masculinidade. Uma política em educação tem de, necessariamente, levar em conta os papéis de gênero”.

TONNI ANN BRODBER, Representante Adjunta da ONU Mulheres - Escritório multipaís para o Caribe





Secretaria Internacional do ParlAmericas
710 - 150 Wellington St., Ottawa, Ontario, K1P 5A4 Canadá

Telephone: + 1 (613) 594-5222 | Fax: + 1 (613) 594-4766

www.parlamericas.org | info@parlamericas.org

